

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 14 e 15/05

O Plenário pode votar nesta semana o PL 4129/2021, que estabelece um plano nacional para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Também está na pauta o PL 1803/2023, que estabelece que o foro competente para um processo na Justiça deve estar relacionado com o domicílio ou residência de uma das partes ou com o local da obrigação.

Os senadores devem votar ainda, entre outras propostas, o PL 2737/2019, que trata da prioridade no atendimento social, psicológico e médico à mulher vítima de violência doméstica e familiar; e o PL 3617/2019, que versa sobre a multa diária ao fornecedor que descumprir a obrigação de promover contrapropaganda relacionada à publicidade enganosa ou abusiva.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Senado aprovou os seguintes projetos de lei e agora seguem para análise na Câmara dos Deputados:

- PL 4.129/2021, que institui normas para os planos de adaptação às mudanças do clima. Estratégias priorizam segurança alimentar, nutricional, hídrica e energética.
- PL 3.617/2019, que impõe multa diária pela não exibição de contrapropaganda imposta por lei. A prática visa desfazer os efeitos negativos da publicidade enganosa ou abusiva.
- PL 3.071/2019, que inclui a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) entre as entidades que recebem recursos da renda líquida de Loterias da Caixa.

Também foram aprovados e seguem para sanção presidencial:

- MP 1.202/2024, que define limites para compensação de créditos tributários devidos pela União após decisão judicial.
- PL 1.803/2023 que altera o Código Civil para estabelecer como foro de processo a cidade onde residem envolvidos ou o de local de pagamento da dívida.

- PLP 85/2024, que suspende o pagamento e reduz os juros da dívida do Rio Grande do Sul por três anos.
- PL 2.737/2019, que altera a Lei Maria da Penha para garantir prioridade no atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

CPI da Braskem – 14 e 15/05 - 9h

A CPI agendou para terça-feira (14), Oitivas de Paulo Roberto Cabral de Melo (engenheiro e responsável técnico da Braskem) e Marcelo de Oliveira Cerqueira (Vice-Presidente Executivo da Braskem).

Na quarta (15), está prevista reunião para apresentação do relatório final pelo relator, Senador Rogério Carvalho.

Resultado: O relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou seu parecer nesta quarta-feira (15). O presidente do colegiado, senador Omar Aziz (PSD-AM), concedeu vista coletiva e afirmou que a votação deve ocorrer na semana que vem. Para acessar a versão do relatório, [clique aqui](#).

O relatório pede o indiciamento de 3 empresas e 11 pessoas. Ele ainda traz três projetos de lei (PL) e um projeto de lei complementar para reforçar o poder estatal de regulação na atividade de mineração. Um deles cria uma taxa para direcionar um percentual das receitas sobre lavra mineral aos órgãos de fiscalização da atividade.

Outra proposta atribui a competência de dar licença ambiental para atividades minerárias de alto risco ambiental à União. O órgão responsável no caso da Braskem, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas, foi acusado de negligência por Rogério. O senador ainda propõe um novo crime específico para empresa de consultoria que produzir laudos enganosos e sugere a articulação obrigatória entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 14/05 - 10h - Plenário 03

ITEM 02 – [PL 2234/2022](#), que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou [parecer](#) com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Resultado: Não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 14 e 15/05

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou o PDL 1127/21, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, que contém os textos da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A matéria irá à promulgação.

A Câmara dos Deputados também aprovou o projeto que suspende os pagamentos de 36 parcelas mensais da dívida do Rio Grande do Sul com a União para o dinheiro ser aplicado em ações de enfrentamento da situação de calamidade pública provocada pelas chuvas nas últimas semanas. A matéria também foi aprovada no Senado e já foi sancionada como a Lei Complementar 206 de 2024.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 14/05, às 14h e 15 e 16/05, às 10h -
Plenário 01**

Item 14 - [PL 2.073/2022](#), que dispõe sobre a criação e transformação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, de cargos de Técnico e Analista em cargos em comissão, sem aumento de despesas.

A relatora, Deputada Bia Kicis, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público.

Resultado: Não deliberada.